

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8ª Sessão Ordinária de 2015

(Publicada no DOU, seção 1, de 17/04/2015, pág. 194/197)

Dia: 28/04/15

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 6ª Sessão Ordinária (24/03/2015) e da 7ª Sessão Ordinária (14/04/2015).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 18/11/2013

2) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001328/2012-95

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - OAB/DF nº 16.275; Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior - OAB/PA nº 3.259; Rafael Barbosa de Castilho - OAB/DF nº 19.979; Bruno Matias Lopes - OAB/DF nº 31.490; Roberta Franco de Souza Reis Pinto - OAB/DF nº 26.060

Assunto: Requer a realização de auditoria e inspeção nos sistemas de escuta e monitoramento denominado "Guardião", adquiridos por órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, bem como a análise dos respectivos processos de licitação e aquisição, condições de uso e sua aplicabilidade.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedido de Vista em 03/02/2014

3) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001441/2011-90

Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT

Assunto: Consoante Recomendação constante dos relatórios de inspeção deste Conselho Nacional, acerca da necessidade de diminuir a disparidade de recursos humanos constatada entre os ramos do Ministério Público da União, requer providências que garantam a alocação dos recursos orçamentários, para que seja alcançado um critério de proporcionalidade no provimento dos cargos e funções criados pela Lei nº 1.321/2010.

Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 06/10/2014

- 4) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 5) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedidos de Vista em 17/11/2014

- 6) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
- 7) Proposição n.º 0.00.000.001285/2014-18
Proponente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de uma Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedido de Vista em 27/01/2015

- 8) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001151/2014-99 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001250/2012-17)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF n.º 12.500
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Pedidos de Vista em 10/02/2015

- 9) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000519/2014-00
Requerente: Jailson Lima da Silva - Deputado Estadual/SC
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Requer a averiguação de supostas irregularidades no valor dos subsídios pagos aos membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, os quais extrapolam o teto remuneratório.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.001509/2014-83
Requerentes: Fernando Ferreira dos Santos - Promotor de Justiça/PI
Leida Maria de Oliveira Diniz - Promotora de Justiça/PI
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a devolução dos autos do Procedimento Investigatório Preliminar nº 09/2014 a 35ª Promotoria de Justiça de Teresina, bem como que se considere arguido o impedimento do Subprocurador-Geral de Justiça e de todos os Procuradores de Justiça do Estado do Piauí para a condução do referido Procedimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/02/2015

11) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

12) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Alessandro Tramuja Assad

Pedido de Vista em 24/03/2015

13) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001423/2014-51 (Recurso Interno)

Recorrente: Ênderson Flávio Costa Lima

Recorrido: Ministério Público do Estado do Piauí

Assunto: Recurso interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle em relação a criação e provimento de cargos em comissão no Ministério Público do Estado do Piauí, em detrimento da nomeação de aprovados em concurso público para o cargo de Analista Ministerial/Área Processual.

Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Origem: Piauí

Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de Vista em 14/04/2015

- 14) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Alessandro Tramuja Assad
- 15) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000036/2013-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, que visa rever atos administrativos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro firmados com o Banco Itaú e que envolvem o grupo El Corte Inglés e a Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – FEMPERJ.
Relator Originário: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
- 16) Proposição n.º 0.00.000.000837/2013-81
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inoccorrência de expediente forense.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 17) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Antônio Pereira Duarte

- 18) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000397/2014-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Rafael de Araújo Gomes - Procurador do Trabalho/SP
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 20) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad
- 21) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001282/2014-76 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000417/2009-19)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogado: Fernando Bessa Vieira - OAB/DF n.º 15.078
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar nº 1.00.001.00117/2011-99-MPF e sua avocação, para que passe a tramitar diretamente perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

- 22) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001552/2014-49
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná
Vista: Presidente
- 23) Proposição n.º 0.00.000.001568/2014-51
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP e padronização da Carteira de Identidade de Membro do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad
- 24) Proposição n.º 0.00.000.001569/2014-04
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4º do art. 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 25) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001746/2014-44 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001755/2014-35)
Requerente: José Carlos Paes - Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer que seja determinado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o cumprimento do inciso VII do Art. 7º, da Resolução CNMP nº 89/2012, com o fornecimento de todas as informações cabíveis para todos os meses posteriores à sua edição.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Processos Remanescentes

Incluídos na pauta da 16ª Sessão Ordinária (18/08/2014)

- 26) Proposição n.º 0.00.000.000235/2013-24
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 27) Proposição n.º 0.00.000.000356/2014-57
Proponente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução, que altera a Resolução CNMP nº 23/2007, regulamentando os art. 6º, inciso VII, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os art. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 19ª Sessão Ordinária (06/10/2014)

- 28) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000800/2014-34
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar o exercício cumulativo de funções de membro do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 3.9.15.1).
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
- 29) Consulta n.º 0.00.000.001157/2014-66
Requerente: Regina Lúcia de Almeida Rocha – Procuradora-Geral de Justiça/MA
Assunto: Apresenta consulta acerca de situações que possam caracterizar eventual nepotismo no Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Maranhão

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária (10/02/2015)

- 30) Consulta n.º 0.00.000.000540/2014-05
Requerente: Geder Luiz Rocha Gomes - Procurador-Geral de Justiça Adjunto/BA
Assunto: Consulta realizada pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Estado da Bahia, acerca do alcance da aplicação da Resolução CNMP nº 01/2005, diante do conteúdo da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Bahia

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (24/02/2015)

- 31) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000543/2014-31
Requerente: Christiano Baía Fernandes de Araujo - Promotor de Justiça/RN
Assunto: Requer providências de alteração do art. 7º, da Resolução CNMP nº 14/06, que cria regras gerais de concursos públicos realizados pelos Ministérios Públicos.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 32) Proposição n.º 0.00.000.001106/2014-34
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao pedido de sustentação oral nas sessões deste Conselho.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição n.º 0.00.000.001107/2014-89
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao momento processual adequado para o oferecimento de rol de testemunhas, pelo processado, no processo administrativo disciplinar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 34) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001281/2014-21
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogados: Francisco das Chagas Rebêlo Júnior - OAB/PI n.º 3.518/02
Ricardo Ilton Correia dos Santos - OAB/PI n.º 3.047/98
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 5ª Sessão Ordinária (10/03/2015)

- 35) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001785/2013-61 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000371/2012-33)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 36) Proposição n.º 0.00.000.001498/2014-31
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposição que visa recomendar a observância da Instrução Normativa nº 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, nas contratações de serviços, continuados ou não, pelos órgãos do Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 6ª Sessão Ordinária (24/03/2015)

- 37) Proposição n.º 0.00.000.000860/2014-57
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos disciplinares no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 38) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001589/2014-77 (Recurso Interno)
Recorrente: Rinaldo Reis Lima - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Revisão de Processo Disciplinar, que tramitou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Rio Grande do Norte
- 39) Nota Técnica n.º 0.00.000.001622/2014-69
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior - Presidente da Comissão de Defesa Direitos Fundamentais
Assunto: Nota Técnica que propõe a alteração do disposto no § 1º do art. 306, do Decreto-Lei nº 3.689/1941, referente ao Projeto de Lei nº 554/2011, que tramita no Senado Federal, propondo que seja estabelecido o prazo de vinte e quatro horas para apresentação física do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 40) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001770/2014-83
Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF nº 12.500
Juliana Moura Alvarenga Dilascio - OAB/DF nº 20.522
Assunto: Requer a revisão da Resolução CNMP nº 09/2006, para que nela conste o valor mínimo a ser pago a título de subsídio aos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

- 41) Proposição n.º 0.00.000.000135/2015-60
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Emenda Regimental, que altera o parágrafo único do artigo 59, da Resolução CNMP nº 92/2013 (Regimento Interno).
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (28/04/2015)

- 42) Procedimento Avocado n.º 0.00.000.000534/2012-88 (Recurso Interno)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Alexandre Vieira de Queiroz – OAB/DF n.º 18.976
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que apreciou pedido de produção de provas pelo membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 43) Procedimento Avocado n.º 0.00.000.000535/2012-22 (Recurso Interno)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Alexandre Vieira de Queiroz – OAB/DF n.º 18.976
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que apreciou pedido de produção de provas pelo membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 44) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000886/2012-33
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Revisão de Procedimento Administrativo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 45) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001290/2012-51
Requerente: Antônio Eduardo Barleta de Almeida - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Pedido de revisão de decisão disciplinar proferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará, no Recurso Administrativo nº 004/2012-MP/CPJ.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Pará
- 46) Proposição n.º 0.00.000.001478/2013-80
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as férias dos membros dos Ministérios Públicos a União e dos Estados.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

- 47) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001746/2013-63 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a suspensão dos efeitos do art. 1º, do Ato Normativo nº 008/200, bem assim dos §§ 1º, 2º, 5º e 8º do art. 22, e do § 3º do art. 5º, do Ato Normativo nº 020/2008, ambos exarados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Bahia
- 48) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000370/2014-51 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Nacional do Ministério Público de Contas
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu Procedimento de Controle Administrativo, em razão da falta de competência do CNMP para o controle dos atos administrativos dos Tribunais de Contas, nos concursos para a carreira do Ministério Público de Contas.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Espírito Santo
- 49) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000479/2014-98 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000369/2014-26)
Recorrente: Artur Sérgio de Almeida Reis
Advogado: Alex de Jesus Souza - OAB/DF nº 6.550
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Sergipe
- 50) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000639/2014-07 (Recurso Interno)
Recorrente: Flavio Martins de Souza
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Goiás
- 51) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

- 52) Revisão de Decisão do Conselho n.º 0.00.000.001082/2014-13
Requerente: Paulo César dos Reis Sales
Assunto: Requer a revisão da decisão exarada na Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000223/2014-81, que tramitou neste Conselho Nacional.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Rio de Janeiro
- 53) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001241/2014-80
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Visa apurar a legalidade da Resolução n.º 021/2014, editada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que promove alterações nas atribuições dos cargos de técnico daquela instituição.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Mato Grosso do Sul
- 54) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001419/2014-92 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Paes
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Rio de Janeiro
- 55) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001476/2014-71
Requerente: Mauro Viveiros - Corregedor-Geral do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Pedido de revisão de processo disciplinar GEDOC n.º 000009-024/2014, que tramita no Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Mato Grosso
- 56) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001480/2014-30 (Recurso Interno)
Recorrente: Gilson Mesquita de Farias
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Espírito Santo

- 57) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000010/2015-30 (Recurso Interno)
Recorrente: André Luís Alves de Melo - Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a sustação da proibição imposta, pela Corregedoria Geral do Estado de Minas Gerais, a membro do mencionado Parquet, para fazer sustentação oral e embargos declaratórios nos recursos interpostos no Tribunal de Justiça do referido Estado.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Minas Gerais
- 58) Proposição n.º 0.00.000.000134/2015-15
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 63/2010, para incluir as Tabelas Unificadas da área de gestão administrativa.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
- 59) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000143/2015-14
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer a desconstituição do ato proferido pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, que determinou o pagamento da ajuda de custo pelo exercício cumulativo de funções a membro do Ministério Público do mencionado Estado.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Ceará
- 60) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000162/2015-32
Requerente: Bruno Momesso Bertolo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer a suspensão do Ato Normativo nº 829/2014-PGJ-CGMP, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que prevê a faculdade de o Promotor de Justiça delegar o acompanhamento do ato de incineração de entorpecentes a um servidor.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: São Paulo
- 61) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB
Advogado: Manoel Pinto - OAB/BA nº 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer o controle de legalidade sobre o Ato nº 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia

- 62) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000194/2015-38 (Apenso: Processos n.º 0.00.000.000199/2015-61 e n.º 0.00.000.000223/2015-61)
Requerentes: Rejane Duarte de Almeida – OAB/BA n.º 23.537
Lícia Ferreira Reis – OAB/BA n.º 30.997
Marcela Maria Pereira da Silva Barros – OAB/BA n.º 37.246
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer a suspensão do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado da Bahia, em razão da decisão administrativa que habilitou candidatos cotistas em desacordo com a proporcionalidade/razoabilidade.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia
- 63) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000241/2015-43
Requerentes: Promotores de Justiça do Estado do Espírito Santo: Lélío Marcarini; Pablo Drews Bittencourt Costa; Tiago Boucault Pinhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer a anulação do Edital n.º 006/15, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, que deflagrou processo para preenchimento de vaga no Tribunal de Justiça do mencionado Estado, em virtude de o referido ato ter sido editado sem a vacância do cargo de Desembargador que compõe o quinto Constitucional.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Espírito Santo

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público